

Linguagem e gênero*

Daniela Andrade**

Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros Contextos, organizado pelas pesquisadoras Viviane Maria Heberle, Ana Cristina Ostermann e Débora de Carvalho Figueiredo representa um passo importante em direção à sistematização dos estudos de gênero social no país. É visível o avanço do número de pesquisadores e pesquisadoras do meio acadêmico brasileiro interessados/as na complexidade das questões que envolvem esse assunto. Pode-se chegar a tal constatação, por exemplo, através de uma simples pesquisa ao Sistema de Currículos Lattes, disponível virtualmente na Internet. Periódicos especializados na publicação de artigos científicos nessa área (o próprio *cadernos pagu*), bem como a organização de encontros acadêmicos (o encontro bienal *Fazendo Gênero*, por exemplo) também servem de parâmetros para essas medidas.

Contudo, a certeza de que grandes esforços ainda devem ser feitos com vistas a consolidar a importância social das pesquisas científicas voltadas para os estudos de gênero, inclusive de forma a despertar o interesse dos órgãos reguladores de fomento à pesquisa no Brasil, é ponto pacífico entre os/as intelectuais da área. Embora as organizadoras do livro reconheçam a importância de estudos anteriores que abordam a questão da linguagem e gênero, o lançamento desse volume, segundo elas, vem “preencher uma lacuna” ao propor um

* Resenha de HEBERLE, Viviane M.; OSTERMANN, Ana C.; FIGUEIREDO, Débora de C. (orgs.) *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2006. Recebida para publicação em abril de 2009, aceita em outubro de 2009.

** Mestranda em Linguística Aplicada, Unisinos-RS.
daniela.negraes@yahoo.com.br

trabalho específico de interface entre estudos linguísticos/discursivos e de gênero social, que tem, inclusive, o anseio de se tornar o primeiro de uma série. Nesse sentido, a obra tem muito a dizer sobre as implicâncias que pesquisas dessa ordem podem representar, em termos de mudanças paradigmáticas, para a sociedade brasileira.

Tais mudanças estão perpassadas pela perspectiva de gênero adotada pelas autoras que compõem o livro. Se por um lado, a concepção de linguagem/discurso é variada e atende a diferentes abordagens teóricas, por outro, a concepção de gênero age como uma força centrífuga que faz com que leitores e leitoras tenham a sensação de estarem diante de uma unidade coesa de pensamentos. Nesse caso, gênero é entendido como uma “categoria socialmente construída, diferenciada da oposição biológica macho/fêmea” (p. 9).

Entretanto, ao afastarem-se da visão essencializada de gênero, segundo a qual, entre outras coisas, a fala de homens e mulheres está fadada à diferença, os autores e as autoras demonstram estarem atentos/as para o fato de que homens e mulheres, ao se construírem linguisticamente dentro de um gênero, aproximam-se ou afastam-se, em maior ou menor grau, dos padrões que se convencionaram como a fala masculina e a fala feminina. A orientação dos pesquisadores e pesquisadoras, tanto para o princípio flutuante que a categoria gênero social assume nos textos orais e escritos analisados, quanto para o entendimento de que a diversidade da fala/discurso de homens e mulheres em contextos socioculturais, algumas vezes, é “objeto de resistência ou de contestação” (p. 9), é o fio condutor dos artigos selecionados para esse volume, que está dividido em três partes: Parte I – Gênero, interação e trabalho, Parte II – Gênero e mídia e Parte III - Gênero em ambientes diversos.

Os estudos selecionados para a Parte I, embora plurais em suas abordagens, metodologias e formas de apresentação de resultados, propõem descrever, numa perspectiva de análise qualitativa, as construções linguísticas das quais as participantes

investigadas (nesse caso, os quatro artigos tratam de interações provenientes de mulheres) se valem para desempenhar suas funções profissionais ou para relatar suas trajetórias profissionais. Um dos estudos apresentados (“Comunidades de Prática: Gênero, Trabalho E Face”, Ana Cristina Ostermann) opera no sentido de desmistificar o conhecimento baseado no senso comum de que mulheres são mais adequadas para atenderem outras mulheres. Essa discussão parece ganhar ainda maior relevância quando se sabe que o trabalho apresenta resultados de análises de interações realizadas entre mulheres em uma unidade da Delegacia da Mulher. Outro estudo desse bloco (“Imigração e Trabalho: Revendo Estereótipos De Gênero”, Maria do Carmo Leite de Oliveira, Liliana Cabral Bastos e Elizabeth Barroso Lima) também apresenta resultados que apontam para a desconstrução do padrão hegemônico da fala feminina. A partir da análise do relato de uma mulher acerca da sua experiência profissional, as autoras demonstram que a categoria gênero social, longe de ser estática, é flexível e não atende, portanto, a estereótipos de gênero pré-concebidos e naturalizados.

Em direção contrária, os resultados de uma terceira pesquisa (“Ecologia Lingüística E Social De Uma Comunidade Multilíngüe: A Relevância Do Gênero Social”, Neiva Maria Jung) mostram como a linguagem pode ser usada para reforçar padrões de comportamento tidos como tipicamente masculino ou feminino dentro de uma comunidade multilíngüe. A pesquisa mostra, ainda, como o padrão mais ou menos urbano de fala reproduzido, diferenciadamente, por homens/meninos e mulheres/meninas da comunidade estudada tendem a direcioná-los/as para atividades de trabalho diversas. O último artigo da Parte I demonstra em que medida as estratégias discursivas de uma chefe em situação de passagem de cargo para um colega diante dos/as seus/suas antigos/as funcionários/as se aproxima ou se afasta do padrão de fala colaborativo pré-estabelecido como tipicamente feminino (“Estratégias De Manutenção Do Poder De Uma Ex-Chefe Em

Uma Reunião Empresarial: Indiretividade E Diretividade Em Atos De Comando, Maria das Graças Dias Pereira).

Na mesma linha dos artigos da Parte I, os artigos que compõem a Parte II – Gênero e Mídia – também operam no sentido de discutir o quanto os discursos midiáticos que remetem à questão de gênero estão engessados em um padrão que enfatiza a hegemonização e não abre espaços para reflexões que estão para além das fronteiras do senso comum. Cada artigo desse bloco enfatiza uma faceta bastante peculiar da relação gênero social e mídia. Um dos estudos contribui para expor o quanto a utilização de recursos midiáticos está numa relação proporcionalmente inversa ao discurso jornalístico, que privilegia a pluralidade de gêneros passíveis de serem vivenciados socialmente – no sentido muito recurso, pouca pluralidade (“Falta Homem Até Pra Homem’: A Construção Da Masculinidade Hegemônica No Discurso Midiático, Luiz Paulo da Moita Lopes). Assuntos como a descrição de algumas das características dos discursos que aparecem nos Anúncios Pessoais (APs) de homossexuais nos ambientes impressos (jornais) e virtuais (Internet) (“Comodificação e Homoerotismo”, Leandro Lemes do Prado e Desiree Motta-Roth) e a investigação da recorrência do termo Politicamente Correto (PC) em interdependência com o termo sexismo a partir do banco de língua inglesa *Cobuild* (“Buscando Significado em um corpus: PC, sexismo e suas inflexões no Banco de Língua Inglesa do Cobuild”, Aleksandra Piasecks-Till) estão presentes nesse bloco. As agendas institucionais dos veículos de comunicação investigados parece ser o vetor que indica a direção desses três trabalhos. Os/as autores/as chamam a atenção para o papel da mídia como reprodutora da ditadura do gênero social e afirmam a necessidade da realização de pesquisas nessa área no sentido de trazer à tona o debate sobre os propósitos institucionais de quem controla o tipo de informação que é consumida, seja por leitores/as, telespectadores/as ou internautas.

O primeiro artigo da Parte III. (“Os discursos públicos sobre o estupro e a construção social de identidades de gênero”, Débora

de Carvalho Figueiredo) apresenta uma reflexão sobre o discurso jurídico quando esse é chamado a prestar seu serviço em casos de estupro. A análise aponta para a padronização patriarcal que emerge do discurso jurídico ao demonstrar como as mulheres são, muitas vezes, convocadas a prestar contas de seus “bons ou maus” comportamentos sociais numa escala de valores baseada no senso comum de que “mulheres não direitas” são co-responsáveis pelo ato de violência que sofrem ou sofreram. O segundo artigo (“Fala, cachaça! Futebol e sociabilidade masculina em bares”, Édison Gastaldo) é resultado de um trabalho etnográfico que investiga a masculinidade compartilhada por consumidores do futebol midiaticizado. Sob um viés interacionista, o estudo mostra de que formas a masculinidade é construída por homens que se encontram em bares para assistirem jogos de futebol em companhia uns dos outros. Embora distintos, os dois artigos fazem emergir, cada um a sua forma, as simbologias dos discursos masculinos que se tornam naturalizados.

Na prática, as pesquisas estão a serviço de produzir conhecimento que possa iluminar setores da sociedade, seja na esfera pública seja na esfera privada, em direção à multiplicidade de construções sociais de gênero circulantes na sociedade. Por essa razão, o livro contribui, sobremaneira, para a solidificação do papel dos trabalhos científicos dessa ordem e configura-se leitura obrigatória estudantes de graduação e pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, especialmente Letras e Linguística.